

Tema: A negligência com a população em situação de rua na sociedade brasileira

Introdução: A introdução utiliza dados estatísticos para contextualizar o tema, o que é bom. No entanto, a tese é fraca. Há que se observar, ainda, a regência do verbo visar (visar a). Note que o uso da primeira pessoa, no último período, confere pessoalidade ao texto, portanto é dispensável. Por fim, ainda no último período há falta de paralelismo: note que em “vemos é uma completa...” há a presença de um artigo indefinido introduzindo um objeto direto (uma completa), o que deveria acontecer, também em “e preconceito social”, já que esse termo também é objeto direto de “vemos” ou não ocorrer em nenhum dos dois casos.

Desenvolvimento I: O parágrafo não apresenta conectivo interparagrafal, que, por ser D1, não é obrigatório, mas, aqui, optamos por utilizá-lo para que as ideias fiquem claras. Além disso, ocorre a repetição da palavra “garantir”, que já foi usado na Introdução. O conectivo “e sim”, nesse caso, indica oposição e deve ser precedido por vírgula. Por fim, o fechamento do parágrafo não estava claro, por falta de conectivo.

1	Segundo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), a população em
2	situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022. Trata-se de um cresci-
3	mento muito acentuado e acima do percentual de crescimento da população brasileira
4	no geral. Esse número produz um quadro alarmante e deveria ser acompanhado por
5	um aumento de políticas públicas voltadas para essas pessoas visando que todos os di-
6	reitos dos cidadãos sejam garantidos. No entanto, o que vemos é uma completa negli-
7	gência governamental e preconceito social.
8	Sem dúvida a Constituição Cidadã de 1988 representou um grande avanço
9	para as demandas sociais brasileiras. Nela, o direito à moradia de todos os indivíduos,
10	foi garantido. No entanto, o Estado tende a responder a vulnerabilidade social com
11	políticas higienistas que segregam, excluem e não resolvem o problema. Sempre que um
12	grande evento vai acontecer na cidade, vemos o “desaparecimento” dessas pessoas, que
13	muitas vezes são jogadas em abrigos superlotados e sem o investimento necessário para
14	garantir a dignidade dos moradores. As ações não são voltadas para o bem-estar e sim
15	para tornar essa parcela da população invisível aos olhos dos turistas.
16	Pode-se afirmar que o desinteresse do Estado quando o assunto é população em
17	situação de rua é um grande empecilho para que essas pessoas tenham seus direitos ga-
18	rantidos e isso reflete diretamente no comportamento da sociedade. Os moradores de
19	rua são tratados constantemente com preconceito, violência e indiferença. Nos acostu-
20	mamos e normalizamos a presença de indivíduos e famílias inteiras dormindo nas ruas
21	e viadutos dos centros urbanos. Talvez por uma deformação da sociedade ou apenas
22	como um mecanismo de defesa, mas deixamos de perceber o ser humano e perdemos
23	a capacidade de nos sensibilizar e cobrar a atuação do governo.
24	A negligência como resultado da invisibilidade da população em situação de rua
25	é um empecilho para que essa questão seja resolvida. As políticas públicas são insufi-
26	cientes e não atacam a raiz do problema. Para atingirmos a sonhada inclusão desses
27	indivíduos precisamos tratá-los como verdadeiros cidadãos, inclui-los nos dados oficiais
28	e agirmos com medidas eficazes de distribuição de renda, qualificação profissional e au-
29	xílio moradia. Além disso, a mentalidade da sociedade precisa ser mudada, precisa-
30	mos nos conscientizar e parar de normalizar a animalização de seres humanos.

Desenvolvimento II: O parágrafo apresenta inúmeras marcas de primeira pessoa (verbos e o pronome “nos”). Além disso, não se começa frase com pronome oblíquo átono (“Nos acostumamos”). Impende ressaltar que não há a presença de um conectivo interparagrafal iniciando o d2.

Conclusão: A conclusão precisa: evidenciar o final do texto (o que se dá por meio de conectivo); reiterar a tese; e apresentar uma proposta de intervenção completa; com agente, ação, modo, finalidade e detalhamento. O parágrafo acima, não apresenta conectivo conclusivo.

Tema: A negligência com a população em situação de rua na sociedade brasileira

Sugestão de reescrita:

1	Segundo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), a população em situação de rua no
2	Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022. Trata-se de um crescimento muito acentuado e acima do
3	percentual de crescimento da população brasileira no geral. Esse número produz um quadro alarmante
4	e deveria ser acompanhado por um aumento de políticas públicas voltadas para essas pessoas visando à
5	garantia de direitos dos cidadãos. Entretanto, a realidade escancara a completa negligência governamental
6	e o preconceito social, ferindo os direitos básicos previstos pela constituição e os preceitos da Declaração
7	Universal dos Direitos Humanos.
8	A priori, é inegável que a Constituição Cidadã de 1988 representou um grande avanço para as
9	demandas sociais brasileiras. Nela, o direito à moradia de todos os indivíduos, foi garantido. No entanto,
10	o Estado tende a responder à vulnerabilidade social com políticas higienistas que segregam, excluem e não
11	resolvem o problema. Sempre que um grande evento vai acontecer na cidade, ocorre o “desaparecimento”
12	dessas pessoas, que muitas vezes são jogadas em abrigos superlotados e sem o investimento necessário para
13	assegurar a dignidade dos moradores. Desse modo, fica evidente que as ações não são voltadas para o bem-
14	estar, e sim para tornar essa parcela da população invisível aos olhos dos turistas.
15	Ademais, pode-se afirmar que o desinteresse do Estado quando o assunto é população em situação de
16	rua é um grande empecilho para que essas pessoas tenham seus direitos garantidos e isso reflete diretamente
17	no comportamento da sociedade. Os desabrigados são tratados constantemente com preconceito, violência e
18	indiferença. Consequentemente, dada a alta do quantitativo de pessoas nessa situação, ocorre a normalização
19	da presença de indivíduos e famílias inteiras em situações degradantes e sub-humanas vagando e dormindo
20	nas ruas e viadutos dos centros urbanos. Com efeito, seja por uma deformação da sociedade, seja apenas
21	como um mecanismo de defesa, a desumanização dessa população faz com que os cidadãos percam sua
22	capacidade de sensibilizar e até de exercer seu dever democrático de cobrar a atuação do governo.
23	Sendo assim, a invisibilidade da população em situação de rua é um obstáculo a ser transposto a
24	fim de que a sua dignidade seja estabelecida. Dessa forma, governo Federal, em parceria com os as esferas
25	Estadual e Municipal deve abordar a deixar de tratar essa parcela como marginal e trazê-la para o lugar
26	de cidadã legítima, incluindo-a nos dados oficiais. Além disso, a distribuição de renda deve entrar no
27	orçamento anual das despesas com o erário, bem como estar aliadas a planos de desenvolvimento de novos
28	abrigos e medidas socioeducativas que visem à profissionalização dessas pessoas. Por fim, a mídia, aliada a
29	ONGS, deveria receber incentivo fiscal para a promoção de campanhas de inclusão e de conscientização da
30	importância de inclusão desses indivíduos a fim de extinguir essa cruel realidade dos compatriotas.